

Estado do Rio Grande do Norte
CÂMARA MUNICIPAL DE PATU

Rua Dr. José Augusto, 90 – Centro – CEP. 59.770-000
CNPJ: 08.396.830/0001-91 Fax: (84) 3361.2276

PARECER JURÍDICO

A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Patu/RN solicita, da Assessoria Jurídica, parecer sobre a legalidade do Processo de **Dispensa de Licitação nº 017/2018**, a favor da pessoa física: **JACKSON CARLOS GODEIRO – CPF Nº 033.196.994-74**, residente na Rua Liberalino Fernandes da Costa, nº 77 – Cidade do Sol – Patu – RN – CEP: 59.770.000, no valor global de **R\$ 2.521,51** (dois mil quinhentos e vinte e um reais e cinquenta e um centavos), para Contratação de Pessoa Física para prestação de serviços de elaboração de projeto para reforma da sede da Câmara Municipal de Patu/RN.

Verifica-se, portanto, que este procedimento de Dispensa de Licitação está em consonância com a legislação pertinente, tendo fundamento legal no art. 24, Inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores (Lei das Licitações e Contratos da Administração Pública), por tratar-se de contratação necessária sob pena da não contratação ocasionar a suspensão dos serviços essenciais da Câmara Municipal de Patu:


Art. 24 – É dispensável de licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a” do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

DESTARTE, recomendamos a ratificação da presente DISPENSA DE LICITAÇÃO por ser medida legal e conveniente ao interesse público.

É o parecer, S. M. J.

Patu/RN, em 31 de outubro de 2018.


LINDOCASTRO NOGUEIRA DE MORAIS
OAB/RN 03.904
Advogado